



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Memória e Histórias Comprometidas: Ausência de registros sobre mulheres militantes no Piauí

Compromised Memory: Lack of records on activist women in Piauí

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Orcid: 0000-0002-5602-8534

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Departamento de Fundamentos Sóciofilosóficos da Educação, Recife – PE, Email: raylane.navarro@ufpe.br

Hemilly Suenny da Silva

Orcid: 0009-0008-8489-0333

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Recife – PE, Email: hemilly.suenny@ufpe.br

DOI: 10.21680/2596-0113.2024v7n1ID38033

Citation: Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro; Silva, Hemilly Suenny da. (2024). Memória e Histórias Comprometidas: Ausência de registros sobre mulheres militantes no Piauí History of Education in Latin America – HistELA, 7(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/38033>

Competing interests: The author has declared that no competing interests exist.

Editor: Olivia Morais de Medeiros Neta

Received: 30/08/2024

Approved: 05/10/2024

OOPEN ACCESS

Resumo

Sob a ótica da História das Mulheres, o artigo tem como objetivo destacar como a ausência de preservação e organização dos arquivos no Piauí impedem a análise da participação feminina na resistência contra o regime ditatorial. Enquanto outras regiões do Brasil avançam na preservação e investigação das violações de direitos humanos durante a ditadura, o Piauí enfrenta desafios significativos que comprometem não apenas a compreensão histórica, mas também a justiça para as vítimas. A metodologia envolveu pesquisa documental com uma parte bibliográfica. Os resultados destacam a escassez de registros documentais nos arquivos visitados reflete uma falha institucional na guarda da memória da resistência feminina.

Palavras-chaves: Arquivos. Ditadura Civil Militar. Memória. Piauí.

Abstract

From the perspective of Women's History, this article aims to highlight how the lack of preservation and organization of archives in Piauí hinders the analysis of women's participation in the resistance against the dictatorial regime. While other regions of Brazil are advancing in the preservation and investigation of human rights violations during the dictatorship, Piauí faces significant challenges that compromise not only historical understanding but also justice for the victims. The methodology involved documentary research alongside a review of the literature. The results emphasize that the scarcity of documentary records in the visited archives reflects an institutional failure in safeguarding the memory of female resistance.

Keywords: Files, Military civil dictatorship, Memory, Piauí.

Introdução

Este trabalho é resultado do projeto de iniciação científica “Perfil educacional das mulheres presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime civil-militar no Piauí (1964-1979)”. Este projeto tem como objetivo investigar os percursos (auto)formativos dessas mulheres, que desempenharam papéis significativos na resistência ao regime militar brasileiro, um período marcado por repressão política, censura e violação de direitos humanos.

O contexto histórico do regime civil-militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985, trouxe uma realidade de violência institucionalizada, na qual muitas mulheres foram perseguidas, presas e silenciadas. Apesar da relevância de suas contribuições na luta pela democracia, a documentação sobre suas experiências é escassa, especialmente no estado do Piauí. Ao iniciar a pesquisa, constatou-se a ausência de material no Arquivo Público do Piauí, em especial as fichas da DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que são essenciais para a construção da narrativa histórica desse período.

Além disso, essa carência se estende a outras instituições, como a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e o Tribunal de Justiça do Piauí, revelando uma falta sistemática de registros que poderiam iluminar a participação das mulheres na resistência. Essa ausência de documentação resulta não apenas em um desafio para os pesquisadores, mas também em uma lacuna crítica na historiografia, onde as vozes femininas ainda são pouco valorizadas.

Apesar da significativa contribuição das mulheres na resistência contra o regime ditatorial, o estado do Piauí ainda enfrenta uma lacuna considerável no que diz respeito às narrativas femininas e suas atuações históricas neste período. Há uma falta de preservação e valorização dos locais de memória política, resultando em uma falta de consciência entre os próprios habitantes do Piauí sobre parte marcante da história de seu estado. Este descaso pode ser percebido na maneira como a memória, em especial a feminina é tratada, especialmente no que diz respeito aos registros de inquéritos policiais do DOPS/PI e outros documentos relevantes que ainda não estão identificados ou acessíveis nos arquivos públicos do Piauí, ao contrário do que ocorre na maioria dos estados brasileiros.

Metodologia

A metodologia deste estudo é estruturada em duas frentes principais: a pesquisa documental e a revisão bibliográfica, com foco na análise da preservação e organização dos arquivos históricos no estado do Piauí, especialmente em relação à documentação sobre mulheres que foram presas ou perseguidas durante o regime ditatorial brasileiro.

A busca pela pesquisa documental foi iniciada com um mapeamento detalhado das principais instituições e arquivos do Piauí, incluindo o Arquivo Público do Piauí, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, o Tribunal de Justiça do Piauí, e o Fórum do Tribunal de Justiça do Piauí. As visitas a esses locais buscavam identificar registros relevantes sobre a atuação dos militares e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no estado. Contudo, os esforços resultaram em uma constatação preocupante: a ausência de documentos significativos, o que evidenciou uma lacuna importante na preservação e organização dos arquivos históricos. Em especial, o Arquivo Público, que assim como em outros estados a exemplo de Pernambuco e Rio Grande do Norte, não apresentou documentos relevantes, evidenciando uma lacuna significativa na preservação e organização dos arquivos históricos no estado, sobretudo a partir da existência da Comissão Nacional da Verdade que criou elementos significativos para a guarda e divulgação de tais tipos de arquivos, como ressaltado por Pinsk (2009).

Para complementar essa investigação e atender aos objetivos do estudo, foi realizada um levantamento bibliográfico centrado na História das Mulheres e sua participação política durante a ditadura militar. A pesquisa é fundamentada teoricamente nas obras de Michelle Perrot e Georges Duby (1991) sobre a História das Mulheres, além das contribuições de Ana Maria Colling (1997) que abordam a participação política feminina nesse período. Essa abordagem busca identificar elementos que favoreçam a compreensão da relação entre arquivos, ditadura, mulheres, política e espaço público

Dessa forma, este trabalho busca não apenas destacar a falta de documentação e pesquisa sobre mulheres durante a ditadura no Piauí, mas também aponta para a necessidade urgente de mais investigações que integrem a perspectiva de gênero nesse contexto histórico.

Resultados e discussões

Os documentos históricos não são fontes imparciais. A criação, preservação e interpretação desses documentos são atos profundamente influenciados por quem os produz e pelas circunstâncias em que foram produzidos. Assim, os documentos não

apenas registram eventos históricos, mas também moldam a forma como esses eventos são perpetuados e compreendidos.

A produção documental reflete os valores e normas inerentes à sociedade que a produziu, evidenciando que os documentos são construções sociais desenvolvidas em contextos específicos. Essa perspectiva destaca que a seleção e preservação de certos documentos e narrativas são influenciadas pelas necessidades e prioridades de cada época. Isso significa que a produção documental é um ato intencional que envolve decisões sobre o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Tais decisões são moldadas por fatores políticos, culturais e sociais, que determinam quais eventos e figuras históricas são considerados dignos de registro.

O trabalho do historiador depende fundamentalmente do uso de fontes documentais para construir o conhecimento histórico. Esses documentos são geralmente preservados em arquivos públicos ou privados por seu valor informativo. O historiador Le Goff (1984) em seu livro *História e memória* no capítulo Documento/Monumento, faz uma reflexão sobre os materiais referentes ao uso da memória coletiva e como eles são selecionados a partir do interesse do historiador. Para Le Goff, monumentos e documentos desempenham papéis distintos na formação da memória coletiva. O monumento é tudo aquilo que representa uma herança física do passado, a exemplo das obras arquitetônicas. Sendo visto como um legado para a memória coletiva. Por outro lado, o documento está associado à ideia de prova. No contexto da história no final do século XIX e início do século XX, especialmente com a ascensão da escola histórica positivista, o documento ganhou importância como o fundamento do fato histórico. Mesmo que a escolha e interpretação do documento sejam decisões do historiador, ele se apresenta como uma prova histórica em si mesmo.

Para a pesquisadora alemã Aleida Assmann (2011, p. 368) existem três funções centrais dos arquivos enquanto espaços de armazenamento. A primeira é a acessibilidade, que, segundo ela, é fundamental para determinar se uma instituição adota uma postura democrática ou repressiva. A segunda função é a seleção. Diferentemente da ideia de que os arquivos são apenas depósitos de informações, Assmann enfatiza que eles são espaços onde se definem quais documentos serão preservados e como serão utilizados. Por fim, a conservação surge como uma prática essencial, desempenhando um papel relevante nos debates públicos.

Na mesma toada está Carla Pinsky (2009), segundo a qual os historiadores devem adotar cuidados especiais tanto éticos quanto metodológicos ao lidar com fontes documentais. Ela sublinha que, embora esses cuidados sejam essenciais, a disponibilização de fundos documentais é igualmente crucial para o aprofundamento do conhecimento histórico e a construção de uma narrativa precisa. Além disso, o acesso a esses recursos desempenha um papel fundamental na consolidação e no fortalecimento dos regimes democráticos.

Ao longo dos anos, a concepção do que constitui um documento tem sido ressignificada. Para a História de matriz Positivista, a fonte era o documento predominantemente escrito. Com o advento das várias linhagens historiográficas, a exemplo da História Cultural e as transformações significativas na historiografia, o conceito de documento ampliou-se "(...) no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem, ou de qualquer outra maneira" (Samaran, 1961, p. 12 apud Le Goff 1984). Ou seja, a partir deste momento não são considerados fontes apenas os documentos oficiais, diplomáticos e militares, mas também uma ampla variedade de outros documentos, como concebeu Le Goff (1984).

Essa mudança permitiu a inserção de outros sujeitos históricos, os chamados "excluídos da história" nas produções historiográficas, entre eles as mulheres. No

entanto, a preservação de produções feitas por e sobre mulheres ocorre de maneiras distintas daquelas destinadas aos homens. Isso acontece porque a preservação de documentos também atravessa as relações de poder estabelecidas pelas questões de gênero.

Por longos anos, as mulheres foram excluídas da participação na vida pública e mantidas em silêncio nas narrativas históricas. Esta invisibilidade decorre da sua ausência nos espaços públicos e políticos, que por muito tempo foram os únicos ambientes valorizados. Para as mulheres, restavam apenas as esferas privadas da casa e da família. A ausência das mulheres nos debates públicos e políticos contribuiu para que sua presença não fosse documentada e suas narrativas fossem silenciadas nos documentos históricos.

Esse silenciamento histórico não se deve apenas à falta de registros, mas também à maneira seletiva como suas vidas eram documentadas e interpretadas. Embora suas atividades no âmbito privado fossem fundamentais para a sociedade, as mulheres raramente eram reconhecidas ou celebradas nas histórias oficiais. Assim, a história das mulheres muitas vezes permaneceu obscurecida, refletindo não apenas uma ausência de fontes, mas também um viés na seleção e na interpretação dos eventos históricos.

A invisibilidade das mulheres na História também é uma consequência direta do fato de que a história das mulheres foi predominantemente registrada e interpretada por homens, como observado por Simone de Beauvoir em seu livro "O Segundo Sexo". No entanto, não se trata apenas de qualquer homem, mas especificamente do homem branco, cristão, ocidental e heteronormativo. Estes não apenas contavam suas próprias histórias, mas suas narrativas sobre os outros eram universalmente aceitas, refletindo suas experiências, visões de mundo e desejos como normativos. Enquanto isso, outras histórias, identidades, experiências e desejos eram relegados a um plano secundário, marginalizados pela narrativa dominante que impunha uma hierarquia de valores e perspectivas.

Michelle Perrot (2007), apresenta uma reflexão fundamental sobre as fontes escritas na pesquisa histórica, sublinhando a escassez de registros disponíveis nos arquivos públicos e a forma como esses documentos têm sido tradicionalmente voltados para a documentação de atos administrativos e de poder, com foco quase exclusivo nas ações dos "grandes homens". Essa orientação dos arquivos públicos reflete uma lógica de preservação que privilegia as figuras masculinas e os eventos considerados de grande relevância política, econômica ou militar, o que, por consequência, marginaliza outras narrativas e sujeitos históricos. Paralelamente, os arquivos familiares, que poderiam ser uma rica fonte de informações sobre as vivências cotidianas, os sentimentos e as memórias das mulheres têm sido frequentemente desvalorizados e, em muitos casos destruídos, seja por negligência ou por um entendimento cultural que subestima a importância dessas experiências na constituição da história.

No Brasil, até recentemente, esses documentos, como correspondências e diários íntimos, eram vistos como irrelevantes para a construção de uma narrativa histórica "oficial", contribuindo para o apagamento das experiências femininas. Essa dupla marginalização — tanto nos arquivos públicos quanto nos privados — torna a escrita da história das mulheres particularmente desafiadora, pois os traços de suas vidas são sistematicamente suprimidos, dificultando a recuperação de suas vozes e a reconstrução de suas trajetórias dentro de um contexto histórico mais amplo.

Essa hegemonia na escrita da história não só silenciava vozes diversas, mas também moldava a percepção coletiva do passado de acordo com uma única visão. As

experiências das mulheres, assim como de outras comunidades marginalizadas, frequentemente eram ignoradas, distorcidas ou minimizadas, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e desigualdades. Para Perrot (2007), a escrita da história requer a utilização de fontes e documentos que, lamentavelmente, são escassos quando se trata da história das mulheres. Suas contribuições são frequentemente negligenciadas e os vestígios de suas vidas são muitas vezes destruídos ou apagados ao longo do tempo. Isso cria um desafio substancial para os historiadores, pois há um déficit evidente de material disponível para entender suas histórias de maneira precisa.

Embora haja um crescimento atual na participação política das mulheres no cenário brasileiro, isso contrasta com um histórico que mostra uma participação muito limitada na vida pública do país. Essa falta de representação está estreitamente relacionada a pouca presença feminina nas narrativas históricas predominantes, o que tem deixado uma marca significativa nos arquivos brasileiros, entre eles o piauiense. A escassez de fontes para narrar uma história sob a ótica feminina reforça a invisibilidade das mulheres nos arquivos das instituições. Essas lacunas, perpetuadas ao longo das gerações, continuam a apagar a presença feminina em acervos ainda predominantemente masculinos.

Em linhas gerais, devido à persistente associação do mundo feminino ao estereótipo de "sexo frágil", a história oficial frequentemente ignorou as mulheres que desempenharam papéis ativos em momentos importantes da história brasileira. Apesar de sua presença constante, elas raramente foram documentadas. Um exemplo emblemático é a participação das mulheres durante a ditadura militar brasileira.

Ao observarmos, na recente produção bibliográfica brasileira, as memórias e histórias de mulheres que desempenharam papéis ativos em movimentos importantes, como o movimento estudantil, partidos políticos, sindicatos e organizações clandestinas, percebemos que esse silêncio se torna ainda mais evidente. Isto porque essas mulheres não apenas participaram de lutas fundamentais, mas também desafiaram diretamente uma estrutura social patriarcal que lhes impunha um papel limitado, restrito às tarefas domésticas e à função reprodutiva.

Em vez de serem reconhecidas por suas contribuições e pela resistência que ofereceram contra normas opressivas, suas histórias muitas vezes são ignoradas ou minimizadas. Esse apagamento evidencia a necessidade urgente de revisitar e valorizar as narrativas dessas mulheres, pois suas experiências e ações são cruciais para entender uma parte integral da história que foi, e continua a ser frequentemente negligenciada.

Em 1997, Colling chamou a atenção para uma importante lacuna nas interpretações sobre a ditadura civil-militar no Brasil: a invisibilização dos espaços de atuação política das mulheres. Ela argumentou que, apesar da participação ativa e fundamental das mulheres em diversas formas de resistência ao regime, as narrativas históricas e análises acadêmicas da época tendiam a privilegiar os homens como os principais protagonistas. Essa omissão não só reduzia a complexidade da resistência ao regime, como também contribuía para a perpetuação de estereótipos de gênero que desvalorizavam o papel das mulheres na história política do país. Colling alertava, assim, para a necessidade de uma revisão crítica dessas narrativas, a fim de reconhecer e valorizar adequadamente a contribuição das mulheres na luta contra a ditadura, garantindo que suas vozes e ações fossem devidamente registradas e lembradas.

Segundo Colling (1997), durante o período de resistência à ditadura, os homens, que estavam ativamente envolvidos na política e na luta contra o regime, frequentemente escreviam suas próprias biografias, deixando registros detalhados de suas experiências e perspectivas. Enquanto isso, para as mulheres que também participavam desses movimentos de resistência, havia predominantemente “um silêncio que gritava”.

Para Napolitano (2014, p.19), o papel do historiador não é o de resgatar nem de julgar, mas sim de buscar a compreensão, criticar, identificar contradições e estabelecer conexões plausíveis com base na análise dos indícios presentes nas fontes históricas. No entanto, esse papel do historiador se torna ainda mais desafiador quando há uma escassez de fontes ou quando estas não são devidamente valorizadas e preservadas como é perceptível no caso piauiense.

Essa ausência de documentação a disposição de pesquisadores é bastante explícita quando se trata de arquivos de e sobre as mulheres militantes no Piauí, o que sinaliza a necessidade de compreender e problematizar os fatores que ocasionam o apagamento e o silenciamento das trajetórias e das memórias femininas no estado.

Durante a ditadura militar no Brasil, a participação das mulheres na resistência desafiou não apenas o regime autoritário, mas também normas sociais profundamente enraizadas. A presença feminina ganhou destaque significativo no cenário público, refletindo uma resistência não apenas política, mas também cultural contra tabus, machismo e restrições à liberdade impostas pelo regime. Esta participação ativa provocou mudanças profundas na divisão tradicional de papéis entre os gêneros e redefiniu o papel político da mulher na sociedade brasileira.

De acordo com a jornalista e militante dos direitos humanos Maria Amélia Teles (2017), a participação das mulheres na resistência ao regime ditatorial era vista como um ato de transgressão. Essas mulheres, ao escolherem ativamente se engajar na luta pela transformação da ditadura em um sistema baseado em liberdade, justiça e democracia, se posicionaram contra as expectativas dos militares. Elas se integraram em diversas frentes de combate, tanto em ações políticas quanto em atividades de resistência armada. Esse comportamento desafiou profundamente os militares, que esperavam que as mulheres fossem facilmente dominadas e controladas. O regime não aceitava que as mulheres exercessem livremente seu direito de escolha, especialmente quando se tratava de se opor à ditadura. Entretanto, não sem razão encontramos sua participação em agremiações como a Aliança Nacional Libertadora, a Vanguarda Armada Revolucionária, a Ação marxista Leninista dentre outras.

Dessa forma, abordar o tema das mulheres e repressão é lembrar o papel significativo que estas desempenharam na resistência ao golpe de 1964. Essas militantes não foram apenas participantes passivas, elas tiveram importantes papéis na luta contra a ditadura militar, uma vez que muitas perderam suas vidas, desapareceram sem deixar rastros ou foram brutalmente violentadas. Nesse sentido, a escassez de documentação sobre essas mulheres não apenas reflete a negligência com que suas contribuições foram tratadas, mas também destaca a dificuldade em acessar informações relevantes sobre a atuação feminina nesse período crítico.

De acordo com Carlos Fico (2017, p.30) “(...) a escassez de fontes documentais não existe mais: o regime ditatorial preservou muitos acervos, vários deles abertos à consulta pública desde o final dos anos 1980”. Ou seja, toda essa ausência de fontes específicas sobre o papel das mulheres nesse período se apresenta como uma negligência histórica aos estudos sobre a História das Mulheres prejudicando a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que envolveram as mulheres na

resistência, nos movimentos sociais e nas transformações ocorridas naquele contexto histórico.

Além disso, a falta de acesso a documentos ou sua invisibilização cria outro problema significativo: a escassez de fontes para a produção de estudos dedicados a esse tema, resultando em lacunas significativas na compreensão do movimento da história piauiense. Essa ausência impede a análise da diversidade de contribuições e experiências das mulheres que exerceram influência e foram impactadas pelos eventos da época. Enquanto diversas partes do país têm buscado ampliar e investir na manutenção e divulgação de locais relacionados à resistência e repressão durante os anos do regime civil-militar, o Piauí enfrenta obstáculos que dificultam o acesso a informações e a preservação de sua história.

No cenário nacional, a busca pela preservação da documentação e memória relativas ao regime civil-militar se manifesta através do Centro de Lutas Políticas no Brasil, denominado "Memórias Reveladas". Criado em 2009, o projeto tem como finalidade reunir e disponibilizar arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980, incluindo as lutas de resistência à ditadura militar. Dessa forma, possibilita a democratização do acesso e a compreensão da história política do país para o público geral, indo além de estudiosos e pesquisadores da área.

Além disso, criada por lei em 2011, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi desenvolvida com objetivo de investigar as violações, casos de tortura, desaparecimentos forçados e execuções sumárias cometidas pelo Estado aos Direitos Humanos entre os anos de 1946 e 1988, com foco principalmente ao período da ditadura militar. Paralelamente, outras comissões foram se estabelecendo em estados, municípios, universidades e entidades da sociedade civil. Essas comissões locais e setoriais complementaram o trabalho da CNV, aprofundando a investigação e a compreensão dos eventos ocorridos em diferentes regiões e contextos. Juntas, essas iniciativas contribuíram para lançar luz sobre um período sombrio da história brasileira, promovendo a justiça e a reparação para as vítimas e seus familiares.

Outro avanço é a Lei de Acesso à Informação (LAI), de número 12.527, criada em 18 de novembro de 2011 que estabelece o direito constitucional de todo cidadão solicitar informações públicas aos órgãos e entidades governamentais, além de instituir a disponibilização de informações sobre violações de direitos humanos. Porém no estado piauiense o contexto é de silêncio sobre os possíveis arquivos.

Mesmo após dez anos da publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade, o Piauí ainda não implementou as iniciativas recomendadas. Com o desinteresse do poder público, setores da sociedade civil tem se empenhado em evitar que a memória da ditadura civil-militar seja relegada ao esquecimento. Nesse contexto, um grupo de vítimas, parentes de vítimas e pesquisadores dedicados têm enfrentado desafios na construção da Comissão da Verdade do estado, com o objetivo de preservar a memória das vítimas da ditadura militar.

Anteriormente, houve uma tentativa de estabelecer a comissão, mas essa iniciativa encontrou obstáculos políticos e burocráticos, resultando na falta de avanços formais. Desde 2014, o Grupo de Trabalho dos Sindicalistas e Trabalhadores Rurais tem se esforçado para documentar os depoimentos de trabalhadores que foram presos, torturados e de pessoas que foram mortas pelo regime, utilizando textos, fotografias e vídeos. No entanto, até o momento, nenhuma produção resultante desses esforços foi oficialmente lançada.

Até o momento, pode-se entender que apenas a Comissão Nacional da Verdade possui informações sobre os acontecimentos relacionados à ditadura no Piauí. A

dimensão exata do impacto do Regime Militar, instaurado por um golpe de Estado em 1964, sobre os piauienses ainda permanece incerta. No entanto, é inegável que em cidades como Teresina, Parnaíba, Piracuruca, Campo Maior, Piri-piri e outros municípios, uma considerável quantidade de democratas, comunistas, sindicalistas, ativistas, estudantes e defensores da liberdade foram afetados, sendo vítimas de prisões, torturas, cassações, demissões e processos como consta no documento “Memorial da Resistência e Democracia” desenvolvido pelo COMITÊ PELA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DE TERESINA e construído a partir das informações que consta na Comissão Nacional da Verdade.

Dentro deste contexto, As únicas mulheres identificadas como ativas na militância política durante a ditadura militar no Piauí são Iracema Santos Rocha da Silva e Genu Moraes. Suas identificações se deram através de pesquisa online. Este número reduzido reflete, por si só, a dificuldade em acessar e recuperar a memória de outras militantes cujas histórias permanecem silenciadas. A escassez de registros sobre essas mulheres ilustra o desafio persistente de resgatar e reconhecer o papel que desempenharam na resistência contra o regime. Diante desse panorama de silenciamento, é essencial destacar as contribuições dessas mulheres.

Iracema Santos Rocha da Silva, nascida em 1927 em Floriano, cidade do interior do Piauí. Mudou-se para Teresina em 1932, onde mais tarde iniciaria sua intensa atuação pública. Iniciou sua carreira profissional como professora e, apesar dos obstáculos impostos pela sociedade patriarcal e pela sua família, que inicialmente não apoiava suas aspirações, conseguiu se formar em Direito em 1973, após anos de dedicação e esforço e sobretudo de militância política. Foi jornalista e cronista, escrevendo para o jornal O Dominical na seção Crônica Feminina. Em suas crônicas, abordava a condição feminina, a educação em Teresina e questões políticas, revelando um contexto social marcado pela desigualdade e hierarquia entre os gêneros, em que onde a condição feminina na vida pública e privada era muito inferior à masculina. Além de jornalista e advogada, atuou como militante política e foi professora universitária, lecionando na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Em 1962, Iracema Santos destacou-se significativamente na política piauiense ao obter a segunda maior votação nas eleições municipais para o cargo de prefeita de Teresina pelo partido PTB. Uma década depois, em um momento decisivo de sua carreira, Iracema se lançou como candidata a deputada federal. Sua campanha foi bem-sucedida, resultando em sua eleição para o cargo, mas não pode assumir o mandato (SOUSA, 2008).

De acordo com Oliveira (2015), Iracema teve uma ativa participação na Liga Feminina Trabalhista, na Liga Operária, nas Ligas Camponesas e na Frente de Mobilização Popular. Como presidente da Liga Feminina Trabalhista, ela foi uma defensora dos direitos das mulheres e dos trabalhadores, essa sua atuação lhe rendeu um confronto com o regime militar e posteriormente a sua prisão.

Durante o regime militar, segundo Longo e Barroso (2017), Iracema se tornou a única mulher do Piauí a ser presa sob acusações de comunismo e subversão. A prisão ocorreu em decorrência de seu posicionamento político crítico em relação ao governador do Piauí na época, Petrônio Portella, veiculado em uma emissora de rádio local chamada Rádio Clube de Teresina. Além das críticas foram levados em consideração também a sua participação nos movimentos políticos e sociais como a Liga Feminina Trabalhista e a Frente de Mobilização Popular citada acima.

A sua participação e atividade exercida junto à Frente de Mobilização Popular (FMP) que tinha por objetivo formar um movimento que reunisse as principais organizações

de esquerda no intuito de pressionar Jango a implementar as reformas de base e sua postura contrária ao governo foram vistas como ameaças à ordem estabelecida. Participar e atuar como aliada da greve da Polícia Militar do Estado do Piauí em agosto de 1963 também foi motivo para que sofresse duras repressões da ditadura.

Sua detenção, que ocorreu em 1964, foi marcada por graves violações de direitos humanos e humilhações, refletindo a repressão severa que enfrentou. A partir da segunda metade dos anos 1970, ela se afastou da militância direta, mas continuou a contribuir como advogada e professora. Em 2015, o Ministério da Justiça concedeu-lhe anistia e uma indenização de 150 mil reais pelos abusos sofridos durante a ditadura. (Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Requerimento de Anistia. Nº 71813, autuado em 22/01/2013).

Já Maria Genovefa de Aguiar Moraes, mais conhecida como Genu Moraes, também nasceu em 1927 em Teresina – Piauí. Filha do ex-governador do estado, Eurípedes Clementino de Aguiar, e de Graça Falcão Lopes Aguiar, Genu foi fortemente influenciada pela trajetória política de seu pai desde a infância, o que despertou seu interesse pela política. Sua educação começou em casa e continuou em instituições, como o “Colégio das Irmãs” e o Liceu Piauiense, e concluiu seus estudos no Colégio Izabel Hendrix, em Belo Horizonte.

A trajetória de Genu Moraes na sociedade e na política do Piauí foi marcada por sua intensa participação e pela coragem de desafiar os padrões impostos às mulheres de sua época. Desde jovem, demonstrou um interesse ativo pela política, participando das campanhas de seu pai. Apesar da expectativa de que ela seguisse a carreira de professora, Genu optou por se dedicar à política e ao jornalismo.

Casou-se aos 20 anos e mudou-se para São Luís, Maranhão, onde fez história ao se tornar a primeira vereadora da cidade na década de 1960. Embora tenha se candidatado a deputada federal, não foi eleita. Entre as décadas de 1940 e 1970, Genu se destacou como escritora da coluna “Em Sociedade” no jornal O Imparcial, tornando-se a colunista mais lida do estado. Em seus textos, Genu criticava abertamente os atos ilícitos que ocorriam na cidade, demonstrando seu compromisso com a ética e a justiça.

Nos anos 1980, após a morte de seu marido, retornou ao Piauí e trabalhou como chefe de cerimonial para os governos de Alberto Tavares e Silva (1987-1991) e Francisco Moraes Sousa (1995-1998). Sua posição social e experiência política permitiram-lhe desempenhar um papel importante na organização de eventos oficiais. Genu também foi a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Jornalistas do Maranhão, evidenciando sua liderança na área. Durante a Ditadura Militar, enfrentou perseguições devido a suas ligações com opositores do regime, incluindo seu pai. Ela apoiou e visitou o jornalista Edson Vidigal, preso pelo regime, e hospedou o ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 1968, demonstrando coragem e solidariedade em tempos de repressão. No entanto, apesar dessas ações e do contexto de repressão, Genu não foi presa. Ela faleceu em janeiro de 2015, aos 87 anos, em Teresina.

Considerações Finais

Conclui-se, portanto, que o estado do Piauí se posiciona na contramão dos esforços nacionais de investigação e preservação da memória histórica. Enquanto outras regiões do Brasil avançam na criação de comissões da verdade e na democratização do acesso às informações sobre as violações de direitos humanos durante a ditadura militar, o Piauí se mantém relutante em aderir a essas iniciativas, o que limita a

compreensão e o reconhecimento das injustiças cometidas nesse período. Essa postura prejudica o processo de justiça e reparação para as vítimas e seus familiares.

As trajetórias de Iracema Santos Rocha da Silva e Genu Moraes revelam não apenas o papel fundamental das mulheres na resistência contra a ditadura no Piauí, mas também destacam os repertórios mobilizados por elas no espaço público e os desafios persistentes na preservação da memória histórica. Embora haja registros significativos sobre a resistência ao regime militar em outras partes do Brasil, a documentação específica sobre a participação das mulheres, particularmente no Piauí, permanece escassa, o que contribui para a subestimação de suas contribuições na narrativa histórica dominante.

Essa ausência de registros e de reconhecimento aprofunda a invisibilidade das mulheres na história da resistência ao regime militar. Diante disso, torna-se imperativo investir em esforços que promovam a visibilidade dessas memórias, integrando suas experiências às narrativas históricas e assegurando o devido reconhecimento de sua importância na luta contra a ditadura.

Referências

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. .

BRASIL. Decreto-lei nº 12.528. *Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República*. Brasília, DF, 2011.

BARROS, Vitória Regina de Luna Cavalcanti. *A representatividade dos arquivos de mulheres: a experiência da FGV CPDOC*. 2022. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARVALHO, Douglas de Carvalho e Silva. Uma mulher prefeita: a eleição e o mandato de Iracema Neves - São João do Peixe - PI (1983-1988). *Horizontes Históricos*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 215–229, 2023.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

COSTA, Marli Guedes da. Interação entre documento, arquivo e historiador: um estudo sobre a (não) presença de historiadores da UnB no Arquivo Nacional, em Brasília. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 101, 2015.

CURY, Jordana. *Anistiada, advogada presa na ditadura no Piauí desabafa: "minha alma já doeu muito"*. Cidade Verde, 2015. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/187335/anistiada-advogada-presa-na-ditadura-no-piaui-desabafa-minha-alma-ja-doeu-muito>. Acesso em: 24 de jul. 2024.

DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol III, IV e V. Lisboa: Afrontamento, 1991.

FICO, Carlos. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, v.28, n.47, p.43-59, jan.-jun. 2012.

JUNIOR, Ary Albuquerque Cavalcanti. “Sobre as mulheres, um silêncio que gritava”: duas décadas da primeira obra historiográfica sobre mulheres e Ditadura Militar no Brasil, entrevista com a professora Dra. Ana Maria Colling. *Em Tempo de Histórias*, v. 1, n. 38, 2021.

KNACK, Diego. *O combate à corrupção durante a ditadura militar por meio da*

Comissão Geral de Investigações (1968-1978). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

VIDIGAL, Edson. *Uma mulher na história*. Migalhas, 2015. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/213576/uma-mulher-na-historia>. Acesso em: 24 de jul. 2024.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v.1

LONGO, Clerismar; Barroso, Eloisa. *Tecendo Histórias: Memória, Verdade e Direitos Humanos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 10, 2012.

OLIVEIRA, Ângela Maria Macedo de. De professora primária à militante pró-feminista? História, memória e escrita de si em Teresina na segunda metade do século XX. In: XXVIII. Simpósio Nacional de História. 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. São Paulo

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo, editora Contexto, 2007,

PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. 191p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.

SILVA, Iracema Santos Rocha da. *Entrevista* concedida a Ângela Maria Soares de Oliveira. Teresina, 18 de junho de 2008.

SOUSA, Nalva M. R. *A política de Salto: a participação feminina na política piauiense (1970 - 1998)*. 2008. Tese (Mestrado em História do Brasil). Teresina, Piauí, 2008.

VIEIRA, Rosângela L. A relação entre o documento e o conhecimento histórico. *Mimesis*, v. 20, n. 1, p. 147-155, 1999

Contribuições dos autores:

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto: Escrita e Revisão

Hemilly Suenny da Silva: Pesquisa e Escrita